

# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**

## DORSIL:

**Regressamos ao trabalho se satisfeitas todas as reivindicações.**

*A luta dos operários da DORSIL - empresa de construção civil - iniciou-se há mais de ano e meio, segundo os próprios trabalhadores. As reivindicações são de carácter económico: exigência do pagamento do 13.º mês, subsídio de férias e retroactivos. Ora, o patrão tem mantido uma posição intransigente e todas as tentativas de resolução do conflito têm sido infrutíferas. Mas intransigente é também a posição dos operários que, num total de mais de cem, iniciaram uma greve no dia 25 de Fevereiro.*

*Todas as obras a cargo da DORSIL estão paralisadas, à excepção das oficinas e do escritório onde a maior parte dos empregados ou são accionistas da empresa, ou são manipulados pelo patrão.*

*De tudo isto nos falam os operários na entrevista que se segue, que realizámos com alguns dos grevistas das obras que se estão a realizar nos diversos ministérios no Terreiro do Paço, em Lisboa.*

### Porque lutamos

**Trabalhador A** - A luta dos trabalhadores da Dorsil já vem a ser batida há muitos meses. Temos dado várias voltas ao Ministério do Trabalho. A última vez foi no dia 14 ou 21 de Dezembro. Fomos atendidos; mas antes dessa reunião em Lisboa, tivemos uma reunião em Setúbal onde fomos todos atendidos pelo director do Ministério do Trabalho de Setúbal e as entidades patronais, ou seja, com a administração, onde ficou resolvido que ele ia receber 1500 contos de um aval no Ministério do Trabalho e que pagava as dívidas que tem: 13.º mês e subsídio de férias. Viemos satisfeitos. Passou-se este tempo todo e nada. Viemos a saber desde que estamos aqui nos ministérios, por funcionários que têm os orçamentos da obra, dos pagamentos e isso tudo, que o aval foi de

1700 contos ao Sr. Domingos Ribeiro da Silva. Os funcionários do edifício, coitados, sabendo a situação da gente, telefonaram seis vezes para os escritórios onde não foram atendidos e disseram-lhes que ele não estava cá, estava para o Minho a gozar férias e deixou a gente nas vésperas do Natal. Pedimos-lhe que desse ao menos quinhentos escudos e ele disse imediatamente que não tinha mais dinheiro e foi gozar férias para a terra, e não quis saber dos 1700 contos do aval. Aval esse que caducava no dia 31 de Dezembro - o Ministério do Trabalho é que concedia esse aval à custa dessa obra que andamos aqui a fazer. E ele não se interessou não recebeu, caducou o prazo no dia 31 de Dezembro e agora vai recebendo conforme aquilo que vai fazendo.

(cont. nas centrais)

*O texto que se segue é um comunicado feito numa recente ocupação na Rua Passos Manuel, no Porto (zona central).*

### AO POVO DO PORTO

Como é do conhecimento geral através das notícias dos jornais, na Rua Camões, 14 famílias correram o risco de ficar soterradas nos escombros da "casa" onde "habitavam". O regime capitalista nunca se preocupou com as habitações das classes trabalhadoras - afinal aquela que tudo produz - . Quando cerca de uma centena de pessoas quase morre devido ao estado miserável da sua habitação e se tem conhecimento da existência de casas vagas, perguntamos - é ou não é justa a ocupação dessas casas? Com que direito existem casas abandonadas havendo milhares de pessoas sem casa?

Com que direito se publicam anúncios nos jornais como aquele do Parque Residencial da Boavista, no mesmo dia em que cerca de uma centena de pessoas ficavam sob os escombros dum miserável tugúrio?

Apelamos para o espírito de justiça de todos. Estamos dispostos a pagar uma renda justa, recusamos considerar que praticamos "um assalto".

VIVA A JUSTA LUTA DO POVO TRABALHADOR!

VIVA A JUSTA LUTA DOS MORADORES POBRES!

VIVA A JUSTA OCUPAÇÃO DE CASAS!

A Comissão de Ocupação.



## NÃO ANDES ÀS CEGAS

Continua-se na agulha de Iricolar?

*Reproduzimos aqui, na íntegra, um comunicado do grupo N.A.A.C. (Não andes às Cegas) - que só parcialmente foi publicado na imprensa diária - com um esclarecimento sobre o programa "O aborto não é um crime", transmitido pela R.T.P., em que o referido grupo participou, bem como uma breve explicação das suas actividades e dos seus objectivos.*

*Prétendemos com este texto começar a abordar a problemática da família e do aborto que será tratada mais extensamente no próximo COMBATE. Pedimos a todas as pessoas ou grupos que queiram colaborar connosco neste número especial, que nos contactem com a maior brevidade possível. (Rua da Atalaia, 204-206, em Lisboa, ou pelo telefone 371733).*

Perante os comunicados e reacções de determinados partidos (PDC, CDS, PPD) ou estruturas (Ordem dos Médicos da secção regional do Norte, A.P.F. do Norte, Conselho Permanente da Conferência Episcopal ...) ao programa "O aborto não é um crime", em que se falava de alguns problemas ligados à prática do aborto em Portugal, o grupo N.A.A.C. ("Não andes às cegas") que participou no programa, toma a seguinte posição:

Considerando:

- que a prática do aborto é, em Portugal, superior ao número de nascimentos, facto conhecido por todos os responsáveis

(continua na pág. 6)



Transcrevemos aqui um artigo publicado no Boletim nº 8, da Associação de Moradores de Massarelos.

Se relemos as transcrições feitas em COMBATES anteriores dos Boletins desta Associação, dar-nos-emos certamente conta de grandes alterações dos primeiros para estes últimos, sobretudo para este nº8.

Vêm agora os artigos assinados em nome individual, sem um único texto colectivo.

Deverão os jornais de bairro privilegiar a divulgação das preocupações dos que melhor escrevem? Não seria mais importante dar a conhecer o que pensam os moradores, fazendo transcrições do que eles dizem, como o dizem e do que fazem (ou deixam de fazer)? Porque não entrevistar moradores? Porque não entrevistar os que vão e os que não vão às Associações? Os moradores terão apenas preocupações em relação ao problema da habitação, do desporto, dos filhos? Não terão outras preocupações e/ou despreocupações?

Os jornais das classes dirigentes

## A JUSTA LUTA DOS SUBALUGADOS (poder popular)

Uma das lutas mais acesas das Comissões e Associações de moradores é sem dúvida a luta dos subalugados perante as subalugas.



Por isso nós Associação de Moradores também temos lutado, e continuamos a lutar contra essa exploração enquanto não for banida da sociedade em que vivemos de uma vez para sempre.

Quero pois dizer que a luta embora conduzida por alguns, tem que ser de todos nós (tanto dos subalugados como dos não subalugados), porque só assim e, falo por experiência, poderemos ter a certeza de que ganhámos a batalha, porque temos factos concretos para assim falar.

Apesar de sabermos que o decreto-lei das subalugas veio favorecer em parte os subalugados, esta, não nos é inteiramente favorável, por isso mesmo temos que ultrapassar essa mesma, para que possamos de facto resolver o que infelizmente alguns não querem ver resolvido. Porque se nos dermos à "pachorrice" de só cumprirmos o que a lei determina limitar-nos-íamos apenas a mandar vistoriar as casas que a pedissem e nada mais, mas, uma vez que temos a consciência da verdadeira exploração da parte

(ou aspirantes a tal) têm por função interpretar o que se passa segundo os seus santíssimos interesses e objectivos. Mas os jornais de bairros? Ser reflexo do que pensam os habitantes do bairro e/ou reflexo do que pensam e fazem os camaradas das comissões ou direcções?

Esperamos num próximo editorial tentar fazer uma síntese do que os moradores têm dito das lutas que travaram e travam. Por agora temos apenas interrogações que apontam no sentido de perceber qual foi/vai ser a função de órgãos como as comissões e Associações de Moradores. Saber se as primeiras se transformarão rapidamente nas segundas e se estas serão ou não instituições ELEITAS pelo Estado (não pelos moradores) para a gestão da "habitação social" e como colaboradores da planificação da miséria. Que outras eleições, que outras lutas podem nascer dos moradores?

Pedimos a todos os camaradas que disponham de material sobre lutas de bairro, que nos enviem para as nossas sedes.

das subalugas e não só, tínhamos a necessidade de satisfazer a vontade dos trabalhadores mais explorados neste campo.

E para resolver esta justa luta pusemos mão à obra, juntamente com a brigada que sempre nos acompanhou em processos idênticos, a vistoriar e em face disto como ainda não nos sentimos realizados na verdadeira vontade popular ainda fomos mais longe; como por exemplo; estabelecermos as rendas de quanto iriam pagar essas pessoas directamente ao senhorio, e com contrato de arrendamento próprio, ou quanto iriam pagar à subaluga.

É de facto uma luta difícil e longa, pois tivemos que efectuar algumas reuniões com subalugados, subalugas e senhorios para chegarmos a um entendimento para ambas as partes e defender sobretudo uma causa justa e verdadeiramente humana.

Mas como disse ao princípio, todos nós associação temos que avançar com o que julgaríamos impossível. Porque sabíamos de antemão que a vontade dos mais desprotegidos tinha que ser realmente consumada, e só de facto, com uma inter-ajuda de todos os moradores podemos resolver alguns casos de subalugas na nossa zona.

Mas só descansamos quando sentirmos que essas pessoas exploradoras herdadas de um vício deixado por aqueles que nunca se interessaram por nós fiquem destruídas para sempre e fiquem em pé de igualdade para com todos os demais trabalhadores.

Portanto camaradas, temos que trabalhar cada vez mais e melhor para conseguirmos ganhar a batalha, que sem dúvida é uma das mais difíceis que temos, na medida em que todos nós moradores somos conhecedores das verdadeiras aspirações dos trabalhadores mais débeis e explorados desta páis.

Duma coisa temos a certeza, é que nunca nos cansaremos de dizer e de apesar de ser contra alguns, que as Comissões ou Associações de Moradores, totalmente apartidárias, são e continuarão a ser e disso não tenhamos dúvidas, os órgãos máximos e verdadeiros, duma vontade realmente popular.

Lutemos pois todos juntos, para que na verdade sejamos uma sociedade livre e aonde jamais caiba essa exploração de que tanto se fala do "HOMEM PELO HOMEM".

MÁRIO GARCIA



### QUAL O OBJECTIVO DO NOSSO JORNAL?

Um grupo de moradores, na sua maioria jovens, decidiram a elaboração de um jornal de Bairro.

Esses jovens moradores, já com algumas iniciativas, acharam conveniente e indispensável a criação de um Centro de Cultura, de Informação e de Convívio.

Achando que o primeiro passo destas iniciativas seria a realização de um jornal de Bairro, tendo este em vista, ser um meio elucidativo e esclarecedor e que mantenha um contacto permanente entre a Comissão e os Moradores, e que além destas funções, teria ainda outras, como por exemplo:

- CONVOCAÇÃO PARA REUNIÕES
- DIVULGAÇÃO NAS SUAS PÁGINAS DE QUAL QUER PROBLEMA QUE OS MORADORES ACHEM NECESSÁRIO PUBLICAR.
- INFORMAÇÕES DA BRIGADA TÉCNICA DO SAAL, ETC.

Desde já fazemos um apelo a todos os moradores para que colaborem o mais possível no Jornal que é de todos nós, pois só assim ele atingirá a expansão por nós desejada e será o verdadeiro reflexo da opinião dos Moradores.

Poderás participar não só no que diz respeito aos problemas do Bairro, mas também colaborar em qualquer das secções do Jornal, tais como: humor, poesia, desporto.

## NÃO ANDES ÀS CEGAS

(Continuação pag.6)

2 - Explícita o N.A.A.C., a proposta implícita no seu trabalho:

a) pôr ao alcance das mulheres e dos homens, uma prática humana e fraterna através de grupos de discussão e de esclarecimento o mais completo possível, sobre os métodos contraceptivos e como último recurso o método de aborto por aspiração.

b) a organização das mulheres nos locais de vida - residência ou trabalho - no sentido de tornar possível uma transformação do quotidiano por ora demasiado penoso e desumano nas classes trabalhadoras portuguesas.

c) levar as mulheres organizadas a adquirirem os meios que lhes dêem a independência necessária face as deficientíssimas estruturas sociais e lhes permitam organizar e decidir desse quotidiano dentro das suas possibilidades.

d) levar as mulheres à descoberta da palavra dita livremente entre elas, da desculpabilização moral relativamente à relação amorosa de desmistificação de tabus e de uma maternidade e paternidade realmente desejadas.

e) o grupo N.A.A.C afirma mais uma vez que a sua prática não é a de curandeiros ou falsos médicos mesmo beneméritos, mas constitui uma militância política pela reorganização humana e feliz do quotidiano de todos nós. Enquanto militância política não pode deixar de basear-se na autonomia dos grupos de base contra a dependência vital dos grupos do poder.

Grupo N.A.A.C. (Não andes às cegas)  
11/2/76

# Editorial

COMBATE

## REPRIVATIZAÇÕES OU REFORÇO DO CAPITALISMO DE ESTADO

Desde a queda de Vasco Gonçalves, mas mais parricularmente após o 25 de Novembro, que se fala muito em reprivatizações (passagem da propriedade dos meios de produção do Estado para as mãos de proprietários privados). O pequeno número de casos de reprivatização que tem havido não justificaria esta onda de preocupações. Parece-nos que ela corresponde mais a desejos e a receios do que propriamente a factos.

- desejo por parte de alguns antigos patrões privados, cujas empresas foram estadualizadas, transformadas em cooperativas, ou se encontram ainda em auto-gestão, de regressarem ao seu antigo estatuto de proprietários dessas empresas.

- receios por parte de alguns novos tecnocratas, que viram a sua importância social e política acrescida pelo aumento da propriedade de Estado, de serem afastados dos postos em que se substituíram aos antigos capitalistas privados.

- receios por parte de inúmeros proletários que julgam ainda que as estadualizações defendem os seus interesses, ou constituem um "primeiro passo" para a defesa desses interesses, ou um "mal menor".

\*

Tanto estes desejos como estes receios são cultivados e aumentados pelos jornais ao serviço dos diversos partidos e correntes políticas. Aproximam-se as eleições e os partidos têm de arranjar um apoio social o mais vasto possível, concorrendo no número dos votos. É necessário distinguir entre os interesses sociais que um dado partido defende e o apoio social que tem de arranjar com fins eleitorais.

É assim, por exemplo, que o PPD, partido de grandes tecnocratas da indústria, tem de arranjar um apoio social mais vasto do que o dessa camada numericamente restrita; por razões que não importa agora analisar (e que talvez abordemos em editorial posterior sobre o espectáculo eleitoral) procurou-o entre os pequenos e médios camponeses do centro e do norte do país. Interessa-lhe, pois, fazer crer a esses proprietários privados por excelência que, se chegar ao poder, preparará um regresso geral à propriedade capitalista privada.

Ao PCP interessa, do mesmo modo, fazer crer que sem ele perigarão o capitalismo de Estado, para atrair assim como base de apoio aqueles operários que depositam nas estadualizações esperanças de uma ou outra ordem.

\*

A questão fundamental a colocar perante esta vaga de muitos boatos e de alguns factos parece-nos que deve ser a seguinte: é possível um recuo da propriedade de Estado? Ou melhor, em que medida um recuo da propriedade de Estado é um recuo do capitalismo de Estado?

Antes de mais, convém deixar bem assente o seguinte:

- Capitalismo de Estado e propriedade de Estado não se confundem. O capitalismo de Estado representa mais do que um sistema de propriedade; significa uma forma particular de gerir a economia. O principal no capitalismo de Estado é que a economia é gerida centralizadamente, portanto planificadamente; as organizações governamentais no sentido restrito, ou então as instituições administrativas, no sentido mais largo, têm nessa gestão um papel cada vez mais importante; as funções de gestão e, portanto, de controlo da economia são cada vez menos executadas pelos capitalistas privados e cada vez estão mais a cargo de uma classe especial de gestores, tecnocratas e burocratas. A propriedade de Estado não é uma causa destas transformações económicas, mas uma consequência: quanto mais centralizada é a gestão, mais o aparelho de Estado (o governo e a administração), que é o organismo mais centralizado de todo o corpo social, tem um papel económico dominante e em consequência disso acaba por se tornar proprietário dos meios de produção. O capitalismo de Estado é portanto uma forma de desenvolvimento do capitalismo. Não é algo de exterior ao capitalismo, que se imponha a ele. É o próprio capitalismo na fase contemporânea do seu desenvolvimento.

- Tem que se distinguir entre a evolução geral do capitalismo para o capitalismo de Estado e as formas particulares em que, em cada país, essa evolução se realiza. Estas formas particulares dependem de tradições históricas e da fisionomia das instituições, da luta de classes em cada momento concreto, em suma, de todos os aspectos concretos. Houve países como a Rússia, em que tal evolução se fez de modo drástico,

tendo os tecnocratas destruído, mesmo no sentido físico da palavra, os antigos capitalistas privados. Na China, pelo contrário, os capitalistas privados foram predominantemente integrados na tecnocracia dominante e transformaram-se em tecnocratas e em burócratas. Na França, por exemplo, os tecnocratas e os capitalistas privados coabitam no aparelho económico e governamental, e os capitalistas privados transformam-se cada vez mais em tecnocratas mantendo, no entanto, o aparelho de Estado a sua forma tradicional. Em certos países (o exemplo francês pode aqui servir de novo) são os tecnocratas que gerem os meios de produção que ascendem politicamente; noutros o domínio da política cabe sobretudo aos tecnocratas que gerem a força de trabalho mediante os sindicatos burocráticos (na Áustria, por exemplo). Noutros países ainda, como os Estados Unidos, o papel do governo na economia é relativamente restrito e a propriedade do Estado é praticamente nula, e no entanto a forma de gestão de empresas que se apresentam formalmente como propriedades privadas obedece aos padrões de gestão do capitalismo de Estado. Cada uma destas formas particulares explica-se pela luta de classes e pela sua tradição em cada país. O que nos interessa aqui sublinhar é que o capitalismo de Estado, sendo uma forma geral de evolução do capitalismo, apresenta-se sempre sob aspectos diferentes, sem que nenhum deles possa ser tomado como padrão absoluto, e que a dimensão da propriedade de Estado não é o único critério, nem o principal para o definir.

\*

Feito este preâmbulo, temos de verificar em que medida houve reprivatizações e se elas se inserem ou não dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo de Estado.

- Após o 11 de Março o Estado tornou-se proprietário de todos os ramos básicos da economia (banca, siderurgia, química, outra metalurgia, e alguns materiais básicos para a construção) e era já de facto proprietário dos sectores da energia e dos transportes terrestres e aéreos, assim como de outros. Embora o Estado não tenha o monopólio formal do comércio externo, os sectores económicos chave que controla e o número cada vez maior de acordos económicos e financeiros prosseguidos entre o Estado português e outros Estados dão-lhe nesse comércio externo o papel dominante.

- O Estado ficou assim, subitamente, de posse de uma máquina económica extremamente vasta, tendo de a gerir directamente e sem os capitalistas privados nem os grandes tecnocratas a eles ligados. Decorrido quase um ano sobre estas transformações, o Estado mostrou-se incapaz de gerir cabalmente toda esta máquina económica. Assim, por exemplo, embora o Estado detenha a esmagadora maioria dos capitais, só pouco mais de metade de todos os investimentos foram feitos pelo Estado; a grande diminuição das importações - que se deve a motivos vários - demonstra em parte a incapacidade do Estado em desenvolver ou até assegurar o ritmo da produção. Em suma, os tecnocratas estaduais necessitam de um prazo maior para se trinarem na gestão de um aparelho económico tão vasto.

- Ora, muitas das empresas que estavam a cargo do Estado não tinham sido deliberadamente estadualizadas, mas tratava-se de empresas, muitas vezes pequenas ou médias, que os patrões haviam abandonado para não pagarem os aumentos de salários e que os operários mantinham em auto-gestão. Lutando com inúmeras dificuldades económicas, na maior parte destas empresas os operários mal podiam pagar os seus salários, e assim o aparelho de Estado as tem mantido até agora. O refluxo das lutas e a desmobilização que lhe corresponde, por um lado e, por outro, a burocratização da maior parte das comissões de trabalhadores, que se transformaram em novos patrões, fez com que algumas dessas empresas fossem hoje reentregues sem grandes problemas aos antigos proprietários. O capitalismo de Estado ganha assim de diversas maneiras: 1) Por este processo, após ter aumentado na lei os salários, diminuiu-os de facto na medida em que permitiu que muitos milhares de operários de empresas em auto-gestão, sem quaisquer apoios financeiros, recebessem salários inferiores aos antigos. 2) Na medida em que a gestão dessas empresas médias e pequenas, sem qualquer peso no conjunto da economia, é entregue aos capitalistas privados, os tecnocratas e os capitalistas de Es-

(continua na pág. 6)



# OBRAS DA DORSIL PARALISADAS

(continuação pág. 1)

**COMBATE** - A Dorsil deve-vos o 13º mês e o 13º dia de férias, não é isso?

**Trabalhador A** - O subsídio de férias e até as férias têm um significado importante: essas férias foram gozadas no sistema. Fomos 15 dias para casa, não levámos dinheiro; ao fim de 15 dias recebemos a quinzena tal e qual como se estivéssemos a trabalhar. Ficámos mais 15 dias em casa como se estivéssemos a trabalhar mas estávamos em casa. Ao fim do mês, foi-nos paga. Mas não foi com dinheiro adiantado como fazem todas as empresas e ao fim de 15 dias recebemos o dinheiro.

Agora vamos ao subsídio de férias: tudo isso ainda não nos foi pago, essas promessas todas que eu já disse atrás, que ela prometeu no Ministério do Trabalho de Setúbal e de Lisboa, nada pagou.

A semana passada, o dinheiro do mês de Janeiro até ao dia 14 não havia meio de vir. O que é que a gente faz? Alguns operários chegaram aqui e não trabalharam enquanto o dinheiro não vinha. Ao meio dia chegou o encarregado geral da firma e disse-nos: "Vão trabalhar que os quatro e meia está cá o dinheiro". Nós fomos trabalhar e o dinheiro não veio. Segunda-feira de manhã é que nós dissemos ao encarregado: "Participe a administração que nós até sexta-feira aguentamos, até ver se pagam o subsídio e o 13º mês ou senão nós entramos em greve". Isso foi comunicado. A mim o encarregado geral não me disse nada, mas ao delegado, que acho que é o delegado do sindicato, disse qualquer coisa que a empresa não tinha dinheiro. O que que a gente pensou? Entrámos ontem em greve e continuamos até ver o dinheiro nas mãos. E quando a gente tiver nas mãos o dinheiro que nos devem, a gente começa a trabalhar.

**COMBATE** - E quanto trabalhadores é que vão entrar?

**Trabalhador A** - A gente em Setúbal, em Tróia e aqui devemos ser uns cento e tal trabalhadores. Mas há mais na firma:

**COMBATE** - Mas a Dorsil quantos trabalhadores tem?

**Trabalhador A** - A Dorsil tem mais de cem trabalhadores, entre empregados de escritório, encarregados, etc..

**COMBATE** - E aqui no ministério é que vão entrar em greve?

**Trabalhador A** - No ministério, em Setúbal, em Tróia e em Algés. Eles têm várias obras. Todas as obras externas estão em greve. As oficinas, que deve lá ter uns vinte e tal empregados, esses é que são antigos e que já receberam o subsídio de férias, como nós sabemos, esses é que continuam a trabalhar.

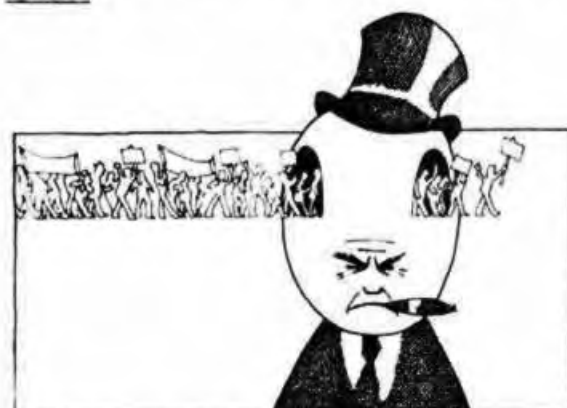
## Operários dispensados...

Há cá operários na nossa firma Dorsil que foram dispersados para outra firma - a Paragem Portuguesa - mas dispensados sem saberem qual o contrato entre o nosso patrão e o outro.

A gente fomos dispensados tínhamos que ir porque havia falta de trabalho, para o bem da casa, não é? Andámos lá uma série de meses e chegou a um ponto em que a Paragem Portuguesa também estava um pouco atrapalhada de finanças. E a gente teve que aguentar, desde que a casa disse que já não fazíamos lá falta. Viemos de novo para a DORSIL, para

o nosso antigo patrão. Chegámos de manhã com as ferramentas e tudo. As palavras dele foram que não havia trabalho para nós e que fôssemos para casa e que até segunda-feira alguém haveria de pagar. E até nos disse que a gente fosse ao sindicato informar-se quem é que de direito deveria pagar. Nós fomos até ao Sindicato da construção civil de Lisboa que nos disse que nós não tínhamos nada a ver com o outro patrão. Que a gente não tem nada a ver com os contratos entre um e outro patrão.

Já estamos a 24 de Fevereiro e ainda não recebemos. Eu já estive aqui no dia do pagamento do mês de Janeiro, já chamei o meu patrão à atenção, perguntei-lhe quem é que pagava estes dias e ele disse-me imediatamente que era a Paragem Portuguesa. Fomos directamente à Paragem Portuguesa que disse que não pagava nada. E agora um dia destes veio uma ordem do encarregado geral da Dorsil que se a Paragem não pagar vai pô-los em tribunal. Isto são assuntos que não nos dizem respeito. Os senhores sabem bem que nós precisamos todos os meses de receber o nosso, é por isso que andamos cá a bater-lhar.



(desenho de Plantu)

**COMBATE** - Qual é o ar maior que o nosso patrão apresenta para não nos pagar tudo o que deve?

**Trabalhador A** - Não tem dinheiro, não tem dinheiro, é essa a razão.

**COMBATE** - Mas não se esqueça patrões!

**Trabalhador A** - Os oficiais de primeira 6.900\$00, com descontos para o sindicato, para a caixa, para essas coisas todas; os de segunda, 6.300\$00 e os aprendizes 4.500.

**COMBATE** - Mas têm paciência sempre a quinzena!

**Trabalhador A** - Não, não. Pagava à quinzena mas depois passou a pagar ao mês. Tem pago sempre da seguinte maneira: o mês de Dezembro foi-nos pago nas seguintes condições: hoje deu dois contos, ao fim de uma semana deu mais um conto de réis, foi pago assim...

Receber dois contos de réis, ao fim de 15 dias receber mais dois contos de réis, é dinheiro que não rende, chegamos ao fim do mês sem dinheiro e sem poder pagar o que devemos. É assim que ele tem pago até agora.

**COMBATE** - Como é que vocês chegaram à conclusão que tinham que entrar em greve?

**Trabalhador A** - Discutimos aqui todos, os trabalhadores que estão no município, discutimos como eu lhes expliquei há pouco. Reunimos aqui, aqui dentro, com ordem também dos colegas das obras de fora.

**COMBATE** - Como é que vocês contactaram com os colegas que estão em Tróia, em Setúbal?

**Trabalhador A** - Estamos em comunicação. Alguns que estão em Tróia moram no Pinhal Novo, outros moram em Setúbal, na Moita, e aqui há trabalhadores que moram na Noita, no Pinhal Novo, em Setúbal, conforme, e todas as noites falamos uns com os outros.

**COMBATE** - Mas não se reúnem conjuntamente?

## A polícia intervém "O patrão mata-nos à fome"

**Trabalhador A** - Houve uma reunião grande, quando foram os comandos e a polícia ter connosco lá nos escritórios.

**COMBATE** - Quando?

**Trabalhador A** - Foi no dia 14 - decidimos ficar dentro dos escritórios. Foi nesse dia que a gente reuniu o pessoal todo, menos os das oficinas que são do lado do patrão.

Foi nessa reunião que interveio a polícia e foi na noite que a gente lá dormiu que foram dois polícias tirar a identidade a todos os trabalhadores que lá estavam, como o patrão exigiu.

**COMBATE** - Vocês dormiam lá no escritório. Ocupavam-na?

**Trabalhador A** - Ocupámos os escritórios, mas como não tínhamos dinheiro para dormir noutra local, dormimos ali dentro. Foi lá então a polícia tirar a identidade da gente com medo que a gente roubasse; mas nós não roubamos, somos mais sérios que ele.

Nessa noite que estávamos todos lá, eram três horas, arranjei um cartaz grande e fiz lá umas letras. O que diz lá é: "O patrão mata-nos à fome" e pusemos na porta da entrada dos escritórios. Quando ele chegou ao meio-dia, rasgou-o mesmo na cara da gente. O que se podia dar até não se deu, porque alguns trabalhadores mais calmos, aguentaram os outros que queriam traçá-lo todo, e a gente aguentou com mais calma. Ao fim de um bocadinho veio um piquete da polícia. Entraram dois lá para dentro e ficaram mais quatro polícias lá fora num carro. A gente batalhámos que não saía dali sem o nosso; mais tarde apareceu então outro carro com uma quantidade de polícias que entraram lá dentro. O que sei dizer é que quando entraram estes senhores a Comissão de Trabalhadores, mais a administração da casa, resolveram ir à Câmara de Oeiras.

Temos ali um grande trabalho, em Algés, que é um palácio. Havia ali uma coisa para facturar, que o trabalho que havia lá feito era numa média de 700 contos. Ficou decidido lá ir para pagar pelo menos o mês de Dezembro que ainda não tinha sido pago ao pessoal, e dar algum à conta do subsídio de férias. Quer dizer que esse dinheiro foi recebido e só pagou o resto do mês ao pessoal e o subsídio de férias nada!

**COMBATE** - Quantos estavam lá no escritório? Vocês saíram sem conseguir o que queriam?

**Trabalhador A** - Foi a Comissão de Trabalhadores, coitados, como nós também, uma grande confiança que nós fizemos, quando nos disseram que logo naquele dia pagavam tudo, que iam tratar daquilo, veio uma comissão com o patrão e tudo...

Mas eu que faço parte da comissão

daqui da casa desde o dia 25 de Abril, pelo menos eu, estamos fartos já de lavagens ao cérebro, promessas: vão trabalhar hoje que amanhã já vem o dinheiro e isto continua, continua e desde Agosto que estamos nisto e ainda hoje nos devem o subsídio de férias. Agora reunimo-nos todos aqui, pelo menos achamos que isto é o local próprio para isto, é um sítio grande e é um trabalho. Esta obra tem um prazo; esta obra a toda a volta dos ministérios tem 260 dias para acabar. Temos andado aqui 15 trabalhadores, que eu acho que não chegam para acabar isto. Mas achamos um local próprio para fazer aqui uma greve. A administração pode chegar a dar o dinheiro na mão esquerda ou na mão direita e a gente imediatamente com a outra mão subimos ao andaime e comagamos a trabalhar. Enquanto ela não puser o dinheiro na mão, a malta não está resolvida a trabalhar.

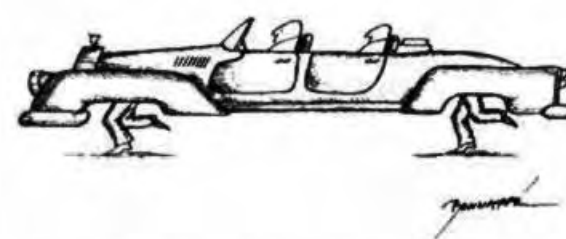
**COMBATE** - Principalmente depois de terem sido enganados pela entidade patronal...

**Trabalhador A** - Fomos de facto enganados, e agora é que a gente não arranca sem ter o dinheiro na mão. Porque? Porque estamos fartos de ser enganados pela tal administração.

**COMBATE** - Vocês são de sindicato da construção civil? Qual tem sido o apoio do sindicato à vossa luta?

**Trabalhador A** - Muito! Está a ver? É tudo, lançam este boletim...

**COMBATE** - Na Dorsil vocês têm também uma Comissão de Trabalhadores. Como é que a pareceis?



## Um plenário que não se fez

**Trabalhador A** - Temos. Apareceu logo após o 25 de Abril em Tróia. Reunimos os trabalhadores todos de Tróia, chegámos a convocar os trabalhadores das oficinas, onde não temos apoio. Tivemos no outro dia um plenário marcado na oficina, foi em Novembro, antes da greve da construção civil, os trabalhadores de Tróia com os de Lisboa. Não nos foi possível fazer reunião nenhuma porque o patrão chegou lá e disse-lhes que eles não podiam largar antes das seis. O pessoal de Tróia largou o trabalho ao meio-dia e outros não trabalharam e outros estavam na Paragem e largaram o trabalho para assistirem. O patrão chegou lá deu ordens aos lacaiois que só às seis e meia é que paravam o trabalho. E então não houve reunião nenhuma. Apareceu um delegado do sindicato das madeiras, que disse que se fosse com outro homem, o Domingos Silva não fazia o que fez; o rapaz ia a entrar e ele pôs-lhe as mãos no peito e pôs o rapaz na rua, fora da oficina, nessa reunião.

Nós nessa reunião queríamos escolher uma comissão a nível central: a nível da firma, não eram só os trabalhadores de Tróia. Eram os de Tróia e os de Lisboa: uma comissão com todos: empregados da oficina, dos escritórios, todos. Mas eles não quiseram. É o divisionismo. O patrão

disse-me a mim e a alguns colegas: "Ah! Eu tenho os homens na mão". E ainda vos digo outra coisa: no dia da greve (isto foi depois), eu é que fui à oficina, antes da manifestação dos trabalhadores da construção civil em São Bento, mandá-los parar. "Tive medo que viesse aí alguém e incendiasse a oficina e derrubasse isto tudo". Está a ver, nós desde esse dia nunca mais quisemos nada com eles. Continuamos a ver o seguinte: se anda aqui algum operário da oficina que alinhe.

**COMBATE** - Mas eles não aderem à luta? O que é que se passa?

**Trabalhador B** - Não, não aderem porque não querem. São os lacaiois do patrão. O patrão acho que disse por aí que a bria outra casa e punha malta na rua e que punha os mais queridos lá.

**Trabalhador C** - Eu estava a trabalhar em Setúbal e recebi a participação para terminar o trabalho para ser deslocado aqui para este local onde me encontro (Praça do Comércio) e de maneira que perguntei as condições. Eles disseram que as condições não eram nenhuma. Eram as mesmas que tinha lá. Claro que eu vir para aqui e ir para Setúbal todos os dias gastando 46\$00 em viagens, ganhando a média o ordenado líquido de cinco contos e qualquer coisa e com mulher, isso era-me completamente impossível. Era um suicídio! Então eu cheguei a diálogo com ela e chegou-se à conclusão que ela não dava mais de 30\$00. Ora 30\$00 é uma esmola que se dá a um pobre aí pela rua, praticamente. E pela lei sindical ela tem por obrigação pagar tanto por quilómetro que a gente se desvia do local onde mora para o trabalho. Ela não me está a pagar isso. Deixei de trabalhar uma semana, andei a pedir dinheiro ao meu sogro para me deslocar todos os dias para Lisboa (46\$00 diários), visto ter a mulher desempregada e ter de pagar a renda de casa e essas coisas todas... De maneira que me veio mesmo à rascia! Eu faço das tripas coração para estar aqui nesta camaradagem. Pedi-lhe para me abonar qualquer coisa e se me arranjava para lá ficar, ela ficou na sua... e não! Mas ela tem lá trabalho para alguns trabalhadores. Mas ela quer ver se a malta se vai completamente embora e se esquece do que ela nos deve. Mas a malta não se esquece não!

**COMBATE** - Quantos elementos fazem parte da Comissão de Trabalhadores?

**Vários** - Cerca de cinco.

**Trabalhador B** - A comissão de trabalhadores foi dividida em duas partes, depois o patrão arranjou uma outra comissão a vontade dele, em Lisboa, que a verdadeira estava em Setúbal. Ele nomeou uma onde esteve tal alferes Carlos Costa, que ele meteu lá para saber tudo que se passa na comissão. Isso está mal porque não foi eleita pelos operários. A maior parte dessa comissão já desistiu, mas ele obriga sempre um ou dois a irem com ele.

Marcou-se um plenário de trabalhadores a nível de toda a empresa; todos os trabalhadores concordaram, simplesmente a entidade patronal não concordou, nem admitia plenários na empresa, nem delegados sindicais (foi afastado um). A nossa luta ver-se desenrolando à cerca de ano e meio dois anos, ele alega sempre que paga e de mês a mês vai adiando. A última vez encontrava-me a trabalhar no Parque em Algés, dirigi-me a ele, no mês de Janeiro, e ele mandou-me trabalhar para a Praça do Comer-

cio, e eu disse-lhe se ele achava bem que eu com 2.500\$000 de mês de Dezembro viesse trabalhar para a Praça do Comércio, quando gastava 80\$00 por dia para vir para a Praça do Comércio.

## Uma Comissão de Trabalhadores arranjada pelo patrão.

**COMBATE** - Então, esta comissão só ficou comissão de Trabalhadores: uma jornada por dia, em dias alternados, a outra criada pelo patrão, a qual fazem dentro da empresa as reuniões de trabalho?

**Trabalhador B** - Um, é o primpele que é o tal alferes Carlos Costa. Havia dois serralheiros que desistiram. Então, a comissão não existe, mas ele continua a ir para o Ministério do Trabalho e para os outros lados, afirmando que há uma comissão, mas que essa não é a verdadeira comissão.

Depois existe nessa própria oficina, onde estavam os serralheiros que se enganaram, reúne-se eles, engana-os à maneira dele, e não permite que outro pessoal das obras lá vá. Domina-os à maneira dele, na qual diz: "Vocês fiquem sabendo que eu vos tenho nas mãos, e os outros o que querem é acabar com a casa". Isso é falso, a gente não quer acabar com a casa. O que é nosso, o que nos pertence são as nossas regalias sociais. Ele diz: "Eles querem acabar com a casa, mas vocês estejam descansados porque eu abro logo outra ao lado". Ora se a senhora tem dinheiro para abrir outra casa, muito mais depressa arranja dinheiro para pagar o que deve à gente. Mas ele diz que não; vai para o Ministério do Trabalho e diz que não tem dinheiro.

**Trabalhador C** - O problema dele consiste em que conseguiu dividir a malta pagando os 19 gajos, da inteira confiança dele, que ele já os vai manipulando há muito tempo, e esses trabalhadores inconscientemente vão sendo dominados por ele. Embora nós queiramos abrir os olhos a esses trabalhadores, eles estão de tal maneira tão manipulados por ele, que eles não concordam com a gente. Ele paga-lhes, e a nós ficamos em dívida e eles estão contra a gente. Mas nós nesta luta que estamos a travar, já vamos cativando, já vamos fazendo ver que realmente é mentira o que ele diz e já temos alguns com a gente nesta luta.

(continua no próximo número)





# Editorial

(Continuação pag. 5)

tado dispensam-se dessa gestão durante um prazo mais ou menos longo e podem concentrar-se no aperfeiçoamento da gestão dos ramos economicamente dominantes. 3?) Os partidos governamentais que encabeçam essas reprivatizações alargam assim a sua base de apoio eleitoral. Em conclusão, este tipo de reprivatizações, diminuindo o número de empresas pouco importantes mais ou menos a cargo da gestão estadual permite um reforço do capitalismo de Estado nos ramos decisivos da economia e contribui assim para o seu desenvolvimento. (Podemos dar como exemplos, de entre muitos casos que se estão a verificar, os supermercados Mealheiro do Lar, o café S. Carlos, em Lisboa, a fábrica de matérias-primas para têxteis Mengas Alves, a metalúrgica Gomes e Castro, etc.).

- É possível, por outro lado, que concomitantemente com os empréstimos de Estados estrangeiros ao Estado português, os quais reforçam obviamente o capitalismo de Estado, se faça apelo a investimentos privados estrangeiros em certos sectores cujos limites são bem definidos pelo capitalismo de Estado. Deste modo, esses investimentos por parte de capitalistas privados de outros países não reforçam socialmente os capitalistas privados portugueses, mas sim a tecnocracia e os capitalistas de Estado: serão os tecnocratas a gerir aqui esses investimentos e a determinar os seus limites, e o capitalismo de Estado lucrará com parte da mais-valia extraída que lhe irá ter às mãos mediante os impostos. (As remodelações que se processam para o turismo, por exemplo, poderão obedecer a este modelo).

- Tudo depende, em última análise, da capacidade por parte dos capitalistas de Estado em gerir os múltiplos ramos económicos que actualmente estão sob o seu controlo directo. Se, mesmo com esta concentração de força, tal incapacidade se mantiver, será então verosímil que se alargue a reprivatização a outros ramos, de modo a que a concorrência das empresas privadas estimule a rentabilidade das empresas estadualizadas (era esta a velha proposta de Champalimaud). Mas é conveniente não esquecer que concorrência e propriedade privada não são sinónimos. Pode desenvolver-se a concorrência entre as empresas mantendo-se as estadualizações, como o modelo de capitalismo de Estado iugoslavo bem mostra. A finalidade de tudo isto porém, seria a de permitir uma reorganização de forças no capitalismo de Estado que aumente a sua eficácia de gestão e, portanto, o seu poder económico.

- A demonstração suplementar de que estes casos de reprivatização destinam-se a aumentar a coesão e a força do capitalismo de Estado encontra-se no facto de que, ao mesmo tempo que prosseguem, a estrutura do capitalismo de Estado reforça-se. Assim, por exemplo, o controlo do Banco de Portugal sobre a restante banca é cada vez maior, o que significa que a integração económica se desenvolve e, com ela, a gestão centralizada e a planificação que são as características fundamentais do capitalismo de Estado enquanto sistema de gestão.

- Outra demonstração eloquente de que se trata de fazer apelo aos capitalistas privados para reforçar o capitalismo de Estado encontra-se no facto de que em muitos casos

os antigos patrões, ou membros da sua família, são reintegrados enquanto representantes do Estado. Isto corresponde a uma verdadeira transformação social desses capitalistas privados em capitalistas de Estado. (Ex.: fábrica de lacticínios Martins e Rebelo). Noutros casos, em que se mantém um sistema misto de administradores do Estado, de capitalistas privados, é o próprio Estado a decidir quais os antigos capitalistas que apresentam competência de gestão bastante para voltar a desempenhar as suas funções - ou conseguem então que sejam os próprios trabalhadores a fazer o trabalho de selecção dos seus exploradores (como aconteceu na FACAR, por exemplo).

A conclusão geral que daqui retiramos é, que todos estes casos de reprivatização - de que convém distinguir os de conversão dos antigos capitalistas privados em capitalistas de Estado - destina-se a reforçar a capacidade de gestão dos capitalistas de Estado e, portanto, a acentuar a tendência geral de evolução da economia para o capitalismo de Estado. Ou seja, tudo isto constitui a forma particular como o capitalismo de Estado se realiza nas circunstâncias portuguesas actuais.

★

Hã dois casos particulares que importa nomear:

- O têxtil: o ramo do têxtil foi poupado às estadualizações após o 11 de Março, o que obriga a ver a outra luz o tão discutido caso da Manuel Gonçalves. Este sector acumula com uma estrutura especial em que são abundantes os casos de pequenas e médias empresas, uma crise internacional particularmente aguda e uma crise específica no caso português, originado pela evolução geral da economia portuguesa, o aumento do custo da força de trabalho, a concorrência dos países do "terceiro mundo" que dispõe de uma força de trabalho mais barata, etc. Teríamos portanto que analisar a parte estes casos.

- A agricultura: a diversidade secular da estrutura agrícola portuguesa, com grande propriedade ao sul, transformada em cooperativas, e pequena e média propriedade no norte e no centro, último reduto da propriedade privada clássica, terá como resultado que, muito provavelmente, com o capitalismo de Estado na indústria e na agricultura do sul se combine o capitalismo privado na agricultura do norte e centro. Isto obriga não só a formas particulares na própria estadualização

de múltiplas empresas industriais e, mais ainda, dos circuitos comerciais internos, mas também a uma certa diversidade política no aparelho de Estado e a uma menor centralização administrativa. O tratamento mais minucioso deste assunto teria que ser prosseguido à parte.

★

De um e de outro lado juntam-se as mais variadas demagogias que não pretendem afinal senão atrelar aos interesses de classe dos tecnocratas e dos capitalistas de Estado a base de apoio social que muitos operários podem vir a constituir.

A evolução para o capitalismo de Estado é inelutável. É a própria evolução do modo de produção capitalista no sentido da concentração crescente do capital e do peso cada vez maior dos meios de produção no processo de trabalho. Quando hoje combatemos o capitalismo tanto na sua forma privada como na forma estadualizada é importante não esquecer que, nas circunstâncias actuais, as formas de capitalismo privado existem para reforçar o capitalismo de Estado.

## NÃO ANDES ÀS CEGAS

(continuação pag. 1)

- que as condições da prática do aborto em Portugal são quase sempre degradantes humana, moral e psicologicamente para os homens e mulheres além de gravemente perigosas e nocivas para as mulheres

- que essas condições são tanto mais infra-humanas quanto mais difíceis e indignas são as condições materiais de vida para os casais ou mulheres sozinhas

- que a nossa comunidade nacional conhece constitucionalmente às mulheres e aos homens o direito à vida em condições dignas, o direito individual de decidir do seu estilo de vida e da utilização dela dentro do res-

peito do bem comum e das capacidades de a transmitir dignamente

- que a ausência desde sempre em Portugal de uma prática alargada de contracepção é responsabilidade inerte das estruturas no poder e dos agentes de saúde nasua quase totalidade, inclusive pelas suas posições individuais; este ponto reflecte-se a) a raridade de consultas de contracepção;

b) no modo como em geral elas são feitas, levando muitas vezes as mulheres e os homens a terem medo e a culpabilizarem-se ou mesmo enganando-as por incompetência profissional;

c) a impreparação das mentalidades em tudo o que respeita à sexualidade e às relações amorosas, base fundamental da cultura e da vida de um povo

- que se acrescenta ao ponto acima indicado uma repressão e comportamentos autoritários, sobre tudo o que diga respeito à felicidade da vida quotidiana

- que a legalização do aborto por si só não resolve nada sem uma política certa e fundamentalmente humana da natalidade; e sem a criação de estruturas materiais e humanas que conduzam à prática decente da contracepção e do aborto (nos casos inevitáveis de insucesso da contracepção)

- e enfim, que o programa lançado pela R.T.P. não visava de modo nenhum a promoção do aborto mas levantar alguns problemas relacionados com ele através da prática e experiência de trabalho do grupo N.A.A.C.

1 - Toma o N.A.A.C. uma atitude totalmente solidária com os realizadores e promotores deste programa nomeadamente pelo interesse, o carinho e até a emoção que durante a realização como na apresentação do programa o conjunto da equipa manifestou.

(Continua pag. 2)

CORRESPONDÊNCIA

"Outra situação tão menos evidente da média propriedade realida no facto dos seus possuidores serem os únicos que nunca se revoltam"  
Aristóteles

Manuel Gonçalves: patrão monopolista ou capitalista gestor?

A leitura dos vossos editoriais durante e após a "25 de Novembro" levou-me a reflectir sobre a contradição entre a vossa posição, demasiado clara, segundo a qual esta data simboliza mais um passo na consolidação do capitalismo de Estado e a sensação, demasiado confusa, de que representa um perigo de retorno a situações de capitalismo privado, em resumo um avanço da direita tradicional.

Será isto devido, como um de vocês me disse, ao facto de a nossa direita já estar adaptada à nova situação? Mesmo que assim seja não deixamos de encontrar o mesmo tipo de contradição atrás apontada: a consciência moderna da direita tradicional implica que esta traga consigo para o capitalismo de Estado certos aspectos culturais que estão associados ao capitalismo privado. (Uma situação análoga seria a da industrialização da Alemanha pelos latifundiários prussianos).

Partindo dos princípios de que o capitalismo português se encontra num estado de concentração muito desenvolvido, de que a ele podem, de qualquer modo, adaptar-se vários tipos de regime político, e tendo em conta o avanço da direita, o problema que se nos põe é saber se haverá neste momento em Portugal forças sociais autónomas em relação ao Estado que se proponham, em vez deste, realizar o actual projecto de concentração de outra maneira. Interessa-nos igualmente saber se essas forças têm consciência capaz de organizar as classes sociais interessadas, e a interessar, contra o actual Estado.

O exemplo da "Textil Manuel Gonçalves" é muito instrutivo.

Lendo a imprensa (por exemplo, Jornal de Notícias, 5/1/76, p.4), verificamos que as condições impostas por este industrial para o seu regresso do exílio são extremamente curiosas e significativas: a) "que se faça uma análise à actual situação económica e financeira da empresa"; b) que se assegure o normal apoio bancário; c) que se crie um clima de confiança e bom entendimento, suspendendo 17 trabalhadores para inquérito (sobre as responsabilidades na situação anormal criada); d) que se crie um clima de responsabilidade e acatamento de decisões a todos os níveis com a plena e activa participação de todos os trabalhadores. Estranhas condições não é verdade? Pelo menos algumas das suas implicações, das quais a principal é o reconhecimento dos trabalhadores como grupo social, como interlocutor socio-profissional autónomo. Uma consequência será o reconhecimento da Assembleia Geral de Trabalhadores, ou de um sindicato representativo (possivelmente da primeira se o sindicato não quiser cooperar e for preciso recorrer à maioria silenciosa). Mas de per si as condições são ainda mais estranhas.

A primeira condição implica o reconhecimento de uma certa forma de controlo operário (nunca aceite por patrões político-partidariamente muito mais à esquerda que M. Gonçalves): os operários estarão a par da situação da empresa. É certo que nesta fase inicial o shôr Manel Gonçalves não quer tomar em mãos um negócio falido, ou melhor, ele está disposto a fazê-lo, mas só depois dos operários o reconhecerem pública e democraticamente. Mas isto é o aspecto conjuntural. No fundo a exigência supõe uma nova estruturação mais "avançada" da "comunidade fabril": um contrato social novo, explícito, em que as partes contratantes assumem responsabilidades sociais e político-sociais inteiramente novas. (Os



"sacrifícios livremente consentidos pelos operários" de que falava a equipa económica do 4º governo provisório em oposição ao projecto autoritário da gonçalvista "batalha da produção", serão obtidos por Manuel Gonçalves).

A segunda exigência de obtenção de crédito bancário é, por seu lado, muito estranha. Então uma das funções dos capitalistas não é a detenção do capital, e não é por isso que eles regressam? Não são eles a quem cabe a missão da acumulação e investimento? Parece que não, agora em Portugal. São os operários que deverão encarregar-se de obter o crédito junto da banca, isto é do Estado. É também evidente que esta exigência pode corresponder a uma adaptação momentânea e realista. Mas não valeria a pena provar que sem os capitalistas burgueses os operários não têm trabalho?

Não, isso já não é assim, o que implica um reconhecimento tácito da estatização da economia, e uma política de mobilização da classe operária contra o outro grupo económico, o Estado.

A terceira condição é a mais repressiva, mas tem um aspecto interessante que é o de obrigar os operários a exercer a sua própria disciplina interna. O novo contrato social é a auto-disciplina, não é disciplina repressiva.

Com a última condição vemos melhor que o objectivo é conciliar o acatamento das decisões a todos os níveis com a participação activa. Não é um projecto repressivo clássico. É preciso produzir cada vez mais mais-valia relativa e menos mais-valia absoluta. Foi para isso que o "25 de Abril" foi feito. É preciso não perder a cabeça!

Mas será o shôr Manel Gonçalves um tecnocrata esclarecido pelo exílio? Não sabemos nem interessa muito. As condições impostas para o seu regresso são por si significativas do estado de desenvolvimento do capitalismo português. Mas quem é o shôr Manel Gonçalves? É um capitalista industrial que na alternativa de se articular com o único capitalista financeiro português existente, o Estado, ou com o(s) capitalista(s) financeiro(s) estrangeiro(s), preferiu a segunda solução.

Esta liberdade de escolha existe porque o comércio externo não está nacionalizado. A mais-valia vai ser realizada em Londres, Nantes ou Goteborg. Os operários de Famação podem gerir a fábrica como muito bem lhes apetecer, mas da sua gestão dependerá que a mercadoria seja exportada para ser realizada a mais-valia nela contida, e só depois, serem reimportados os salários.

Poder-se-á compreender melhor porque razão o PS se opõe, juntamente com o PPD, ao regresso dos patrões. Estes vêm tirar ao Estado o controlo do comércio externo, e sobretudo, o monopólio da fusão do capital bancário português com o capital industrial português.

QUERO ASSINAR O COMBATE DESDE O Nº ...

1 ano (26 números) 96\$00  
6 meses (13 números) 48\$00  
Apoio (anual) 120\$00 mínimo  
Europa (anual) 212\$00 por avião  
USA (anual) 264\$00 por avião  
Angola (anual) 216\$00 por avião

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO COMBATE

Junto envio .....\$...

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome do director)

CAMARADA:  
A NOSSA SOBREVIVÊNCIA  
ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal COMBATE é uma tribuna aberta à expressão de todos os trabalhadores e oprimidos em luta.

É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate contra o capitalismo.

O COMBATE que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem que lutar constantemente pela sua sobrevivência económica. Dia a dia novos problemas económicos surgem: aumento das tarifas de correio, atrasos na distribuição e no pagamento da distribuidora, novos preços de impressão, etc.

Se achas que o COMBATE tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

O "25 de Novembro" não põe em causa o carácter único do capitalismo financeiro português no que respeita ao capital bancário. Com efeito os Comandos da Amadora podem desalojar paraquedistas e um chefe do Estado-Maior pôde dissolver dois ou três regimentos, mas eles não podem reconstruir grupos económicos monopolistas privados.

Isso já é um bocado mais complicado. Mas o "25 de Novembro" veio consolidar a possibilidade de escolha dos capitalistas industriais, e isso poderá ter consequências institucionais.

O problema que se põe agora, e para terminar, é o de saber se este capitalismo médio em vez de se deixar dividir se unifica e impõe uma negociação única. Então ele poderá mobilizar uma parte dos interesses sociais nacionais e lançar-se para a substituição do Estado. Então teríamos um capitalismo industrial politicamente centralizado articulando-se com vários capitalisms bancários. Seria isto uma nova forma de "fascismo"?

Pete, o Vagabundo.  
Fevereiro de 1976.



# 300 TRABALHADORES FECHADOS NA IGREJA

## LOS CORRALES (SEVILHA, ESPANHA)

O desemprego nesta aldeia é constante durante todo o ano. A aldeia é muito pobre. Os olivais que valem a pena estão nas mãos de cinco ou seis. Toda a classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças, tem de andar de um lado para o outro em emigração temporária. Nas alturas em que não há trabalho temporário a fazer, os trabalhadores vêem-se obrigados a permanecer na aldeia em desemprego forçado.

Nos últimos dias de Novembro, o problema era insuportável pois havia lá semanas e meses que comíamos e não ganhávamos uma jorna. Decidimos que uma comissão de uns vinte e cinco trabalhadores fosse, no dia um de Dezembro, à Câmara Municipal pedir a comparação do Presidente da Câmara para lhe expormos o nosso problema. O Presidente não recebeu quatro. Falamos-lhe da nossa situação. Também lhe dissemos que os representantes sindicais nem nos representavam, nem se mexiam para tratar de qualquer problema dos trabalhadores.

O Presidente da Câmara propôs-nos uma reunião com o Presidente da União dos trabalhadores da aldeia para que, diante dele, se expusessem todos os assuntos. Tivemos esta reunião às oito da noite desse mesmo dia. Sugerimos ao representante dos trabalhadores que se demitisse do seu cargo, já que nada fazia por nós. O Presidente da Câmara prometeu que, vista a gravidade do desemprego prolongado em que nos encontrávamos, ele iria, no dia seguinte de manhã, ter com o Governador Civil e pedir ajuda para o emprego camarário. Por conseguinte, para sabermos a resposta, devíamos voltar no dia seguinte às seis da tarde.

No dia seguinte verificámos que o Presidente da Câmara tinha ido ao quartel da polícia (guardia civil) da aldeia. A meio-dia foram convocados ao quartel dois trabalhadores dos que tinham exposto, em nome de todos, a situação ao Presidente da Câmara. O cabo da polícia apontou estes companheiros "como cabeceiras de revoltas que se têm de cortar pela raiz". E imediatamente esta notícia se conheceu na aldeia.

### ESPERAMOS RESPOSTA

No entanto, toda a gente se lembrava que o Presidente da Câmara se tinha comprometido a dar uma resposta às seis da tarde. Assim, pois, antes de esta hora, nós, trabalhadores, começámos a acorrer à praça.

A nossa admiração e o nosso assombro foi que deparámos com a Guardia Civil que obrigou todas as pessoas que estavam na praça a abandonarem o local e irem para casa. Não apresentaram qualquer razão, ameaçavam tomar nota de alguns nomes. O Presidente da Câmara não apareceu nem tampouco qualquer representante sindical.

Perante tal facto, magoados e furiosos,

ao vermos-nos traídos e espezinhados; sem saber que fazer nem onde ir, decidimos exigir que nos atendessem como pessoas. Uns trezentos camponeses em desemprego forçado, fechamo-nos dentro da igreja. Também alguns companheiros de contrabalho se solidarizaram connosco, porque eram da mesma classe. Uns perdedores lá dentro, diziam que se nós não conseguíssemos trabalho de que iriam eles comer?

Desde o início, que dentro da igreja houve muito respeito, muita ordem e bastante serenidade. Alguns companheiros falavam sobre o que devíamos fazer, e todos os escutavam.

Duas horas depois de ali estarmos, propusemos mandar chamar o representante sindical dos trabalhadores. Aos que lá foram respondeu "que ele não estava desempregado, e que quem está enrascado que se desenrasque".

Outro representante do sindicato também se recusou a vir.

Às três horas da tarde, o presidente da Câmara enviou uma comissão sindical para pedir que quatro de nós fossem à Câmara explicar o que queríamos.

Nós só queríamos duas coisas: que o presidente da Câmara nos viesse dizer porque tinha tomado contra nós aquelas medidas de repressão e de ofensa, e que nos assegurasse o auxílio económico para começarmos a trabalhar. Mais tarde o presidente da Câmara enviou o presidente da União de Trabalhadores com a mesma proposta: que fossem quatro ou seis trabalhadores à Câmara. Nós voltámos a manifestar o nosso desejo de que fosse ele a vir. O presidente da Câmara recusou-se redondamente a vir.

### A FORÇA PÚBLICA ACTUOU

O capitão da Guardia Civil, esteve presente desde os primeiros momentos, acompanhado de um forte contingente de tropa,



que se repartiu por toda a aldeia. Especialmente na praça e em frente da igreja. Disse ao pároco que tinha ordem do Governador Civil para desalojar os trabalhadores pela força, se estes não saíssem de livre vontade. O pároco exprimiu a posição da igreja: "A igreja não chamou os trabalhadores, também não os expulsará. Tampouco vos autoriza a entrar para os desalojarem".

Continuámos as negociações com o presidente da Câmara, o sindicato e a força pública, num clima de grande tensão. Nós estávamos bem unidos e dispostos a permanecer ali toda a noite, todo o tempo necessário. Finalmente vieram de novo os do sindicato e disseram que, no dia seguinte, iriam negociar uma concessão de auxílio ao desemprego, que as autoridades provinciais lhe haviam prometido por telefone.

Decidimos sair e, se no dia seguinte



não tivéssemos resposta positiva, tornávamos a encerrar-nos. Pusemos uma condição ao capitão da guardia civil: que retirasse da praça toda a força pública. Saímos todos pelas onze e meia da noite, uma vez conseguida esta condição. As nossas mulheres e os nossos filhos esperavam-nos em todas as esquinas da aldeia. Saímos satisfeitos de termos feito valer os nossos direitos e a nossa dignidade de trabalhadores.

No dia seguinte, nem os representantes sindicais nos comunicaram as prometidas negociações, nem nós, trabalhadores, nos pudemos reunir pois a força pública vigiava a entrada da igreja paroquial e os acessos à praça. Apesar disso, dois dias mais tarde avisaram-nos para nos inscrevermos nos trabalhos camarários. E, desde então, estamos a ser pagos pelo fundo de desemprego.

Na aldeia, por tudo isto, há bastante optimismo. A consciência operária aumentou rapidamente e a solidariedade dos trabalhadores foi posta à prova.

### EQUIPO D.

Revista de Trabalho e Resistência da Associação Médica (SND), nº11, Fevereiro 1976, p.9).

### ATENÇÃO:

Informamos os nossos leitores, grupos de apoio, assim como livrarias e outras que vendem o nosso jornal habitualmente, que a Vasp deixa de distribuí-lo. Caso não tenhamos possibilidade de encontrar outra distribuidora para o próximo número, pedimos a todos os leitores que colaboram connosco: quer na procura de uma nova distribuidora, quer na venda direta. Para isso, podem contactar-nos na rua da Atalaia, 204-206, Lisboa, onde temos reuniões todas as terças-feiras a partir das 9 horas da noite.